

**EDUCAÇÃO FÍSICA E IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/08 ATRAVÉS DE  
BRINCADEIRAS E ESPORTES INDÍGENAS**

***PHYSICAL EDUCATION AND THE IMPLEMENTATION OF LAW 11.645/08  
THROUGH INDIGENOUS GAMES AND PLAY***

***EDUCACIÓN FÍSICA E IMPLEMENTACIÓN DE LA LEY 11.645/08 A TRAVÉS DE  
JUEGOS Y DEPORTES AUTÓCTONOS***

*Arliene Stephanie Menezes Pereira Pinto*  
stephanie\_ce@hotmail.com

Doutora em Educação (UECE)

Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

*Daniel Pinto Gomes*

danielpinto@ifce.edu.br

Doutor em Educação (UFC)

Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

*João Paulo de Oliveira Rangel*

joapaulorangel123@gmail.com

Mestrando no Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (Proef)

Universidade Federal do Ceará

## **RESUMO**

A Lei nº 11.645/08 tornou obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Destarte nos questionamos: como implementar essa lei com foco na história e cultura indígena no âmbito da Educação Física? Assim, objetivamos descrever uma proposta de aula que fomentou a aplicação da Lei nº 11.645/08 nas aulas de Educação Física. Justificando-se como forma de ressaltar a valorização dos conhecimentos dos povos indígenas e devido ao modo como as instituições escolares vêm discutindo tal temática ainda serem insuficientes. A proposta foi realizada em uma escola pública da cidade de Fortaleza, com alunos do 4º e 5º ano do Ensino

Fundamental e dividida em três momentos: Diagnóstico, em que os discentes foram questionados a partir de perguntas geradoras para dialogar com os conhecimentos que já possuíam; Vivência prática, que se deu com uma brincadeira e um esporte indígena; Dialógico, que encerrou com uma roda de conversa. Concluímos que os discentes incorporaram novos conhecimentos e desmitificaram preconceitos a partir de seus relatos.

**Palavras-chave:** Educação Física. Indígenas. Lei nº 11.645/08.

## ABSTRACT

Law 11.645/08 made the study of Afro-Brazilian and indigenous history and culture compulsory. So we asked ourselves: how can this law be implemented with a focus on indigenous history and culture in the context of Physical Education? The aim was to describe a lesson proposal that encouraged the application of Law 11.645/08 in Physical Education classes. It was justified as a way of emphasizing the value of indigenous peoples' knowledge and because the way in which school institutions have been discussing this issue is still insufficient. The proposal was carried out in a public school in the city of Fortaleza, with 4th and 5th year primary school students and was divided into three stages: Diagnosis, in which the students were asked generative questions in order to dialogue with the knowledge they already had; Practical experience, which took place with a game and an indigenous sport; Dialogue, which ended with a round of conversation. We concluded that the students incorporated new knowledge and demystified prejudices based on their reports.

**Keywords:** Physical education; Indigenous people; Law 11.645/08.

## RESUMEN

La Ley 11.645/08 hizo obligatorio el estudio de la historia y la cultura afrobrasileñas e indígenas. Así que nos preguntamos: ¿cómo se puede aplicar esta ley con un enfoque en la historia y la cultura indígena en el contexto de la Educación Física? El objetivo fue describir una propuesta de clase que incentivara la aplicación de la Ley 11.645/08 en las clases de Educación Física. Se justificó como una forma de enfatizar el valor del conocimiento de los pueblos indígenas y porque la forma en que las instituciones escolares vienen discutiendo este tema es aún insuficiente. La propuesta se realizó en una escuela pública de la ciudad de Fortaleza, con alumnos de 4º y 5º año de la enseñanza primaria y se dividió en tres etapas: Diagnóstico, en la que se formularon preguntas generativas a los alumnos para dialogar con los conocimientos que ya tenían; Experiencia práctica, que se llevó a cabo con un juego y un deporte autóctono;

Diálogo, que finalizó con una ronda de conversación. Concluimos que los alumnos incorporaron nuevos conocimientos y desmitificaron prejuicios a partir de sus relatos.

**Palabras clave:** Educación física. Pueblos indígenas. Ley 11.645/08.

## INTRODUÇÃO

Os povos ameríndios têm saberes e culturas diversificadas, mas ficam, por muitas vezes, restritos a uma sociedade que os despreza socialmente colocando-os em uma situação de negação da sua existência. Bem como, são vinculados a uma identidade homogênea sobre todos os povos (PEREIRA; MEDEIROS, 2022; PEREIRA 2021a). Há uma luta incessante dos povos indígenas contra o genocídio, o etnocídio e o epistemicídio. Em que pese que neste último temos “um processo persistente de produção da indignância cultural pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização cultural” (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Além disso, conferiu-se aos povos indígenas uma compreensão equivocada de que estes seriam primitivos, incivis e preguiçosos e nesse entendimento, colaboravam com o atraso socioeconômico do país. E isso justificaria todo o massacre histórico ao qual foram submetidos. Tal fato, acaba por se reverberar no âmbito educacional com a adoção de posturas e práticas preconceituosas e ainda com termos e conceitos que não cabem mais para falar sobre os povos originários.

A Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003), que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB (BRASIL, 1996, s/p), incluiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Tal lei foi modificada pela Lei nº 11.645/08 (BRASIL, 2008) que representou um marco no reconhecimento e na importância de se valorizar a história e cultura dos povos indígenas, bem como uma forma de se reparar os danos causados às suas identidades e aos seus direitos. Assim, a Lei nº 11.645/08 trouxe o

seguinte trecho no Art 26-A: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”. Porém, mesmo com a sua obrigatoriedade, há ainda uma folclorização dos povos indígenas por parte das instituições escolares e o que acaba acontecendo nas práticas escolares:

[...] é o desconhecimento dos docentes sobre a Lei nº 11.645/08 remetendo-os a práticas isoladas e descontextualizadas e que, na maioria das vezes, dão-se apenas em datas comemorativas nas escolas, não sendo práticas efetivas que fazem parte do currículo e/ou do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola (PEREIRA, 2021b, p. 35).

Também constata-se nesse viés a escassez de material sobre a prática pedagógica com a temática indígena na Educação Física escolar, sendo constatado nos estudos de Pereira e Souza (2021a; 2021b), apontando como resultado que tais professores não tratavam da temática, pois não tiveram formação (inicial ou continuada) sobre o assunto e ainda relatavam a falta de material para se trabalhar a respeito do tema.

Assim nos questionamos como implementar a Lei nº 11.645/08 com foco na história e cultura indígena, mais especificamente no âmbito do componente curricular de Educação Física?

A partir de tal questionamento, temos por objetivo descrever uma proposta de aula que fomentou no âmbito da Educação para as relações étnico-raciais a aplicação da Lei nº 11.645/08 nas aulas de Educação Física.

A proposta de implementação descrita nesse texto foi realizada em uma escola da rede municipal pública da cidade de Fortaleza, localizada no Distrito I com alunos do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental anos iniciais.

Santiago, Maia e Pereira (2020) afirmam que atualmente a Educação Física escolar tem se reduzido aos conteúdos esportivos, esquecendo de outros aspectos que devem ser abordados nas aulas desta disciplina, tais como os jogos e

brincadeiras, as lutas, as práticas corporais de aventura e as danças. Além disso, o caráter marcadamente prático desses conteúdos, por vezes, influencia as práticas pedagógicas dos professores de Educação Física, que acabam por deixar de lado as questões históricas, políticas, sociais e culturais envolvidas. Essas práticas pedagógicas enviesadas no contexto dos esportes podem ser explicadas pelo histórico da disciplina na escola, em que docentes não buscaram a ruptura de práticas tradicionais, sem intencionalidades para o desenvolvimento integral dos(as) discentes.

Dessa maneira, denotamos a justificativa dessa narrativa como forma de ressaltar a valorização acerca dos conhecimentos dos povos originários e também de desmitificar alguns preconceitos sobre os mesmos. Visto que o modo como as instituições escolares vêm discutindo tal temática, ainda é insuficiente para uma compreensão mais aprofundada dos processos históricos que trouxeram os indígenas ao descaso e preconceito que sofrem até hoje, e que se coaduna com a construção de imagens negativas.

Corroboramos tal justificativa com o que nos dizem Pereira e Venâncio (2021), que afirmam que é necessário compreender como o reconhecimento das questões étnico-raciais afro-brasileiras e indígenas na Educação Física é determinado por lei. Somente por uma correlação de forças políticas este ou aquele aspecto vem a ser somado ao currículo que deve ser realizado nas escolas. O que está previsto no ordenamento legal trata-se do básico a ser oferecido aos estudantes para que o direito a plena cidadania seja garantido. Desse modo, não se trata de um “tanto faz”, ou “faça como puder”. Com isso faz-se essencial investigar a compreensão dos docentes e discentes e como vem se dando a aplicação dessa legislação nas aulas de Educação Física.

Ressalta-se ainda o fato de que poucos são os espaços, de fato, para o desenvolvimento de processos de reconhecimento cultural nas escolas e universidades. Tal fenômeno ganha ainda mais força quando se trata das questões

indígenas. Por muitas vezes, estes só eram valorizados em datas festivas como o dia do indígena, revestindo os povos indígenas de exotismo, como se não fizessem parte do que é a própria realidade brasileira (PEREIRA, 2019; PEREIRA, 2020).

Desse modo, para uma melhor compreensão leitora o texto está subdividido em quatro seções, quais sejam: Introdução, na qual se explicitou a temática, o problema e o objetivo do estudo, bem como, a sua relevância; Metodologia em que se esclareceu o tipo do estudo, a intervenção da proposta de aula e os aspectos éticos; Resultados e Discussões, em que fazemos o relato da proposta de aula; e por fim as Considerações finais, seção em que retomamos o objetivo do estudo compilando com os principais resultados, e inferindo as limitações e sugestões de futuras análises.

## **METODOLOGIA**

Quanto aos aspectos metodológicos, o presente estudo tem caráter qualitativo, consistindo na descrição das vivências através de uma narrativa que expressa nossas percepções acerca dos fatos (GOMES; PEREIRA; SANTIAGO, 2021).

Para se alcançar o intento do objetivo delineado iniciou-se com uma pesquisa do tipo bibliográfica, a qual buscou-se livros e artigos científicos que tratassem da temática para se aprofundar sobre o assunto e poder fomentar uma prática pedagógica em que se contemplassem os seguintes objetivos: promover ações educativas de reconhecimento e valorização das práticas culturais indígenas; desmistificar aspectos das culturas indígenas que foram colocados historicamente; estimular o respeito aos povos originários; e proporcionar vivências multiculturais.

A partir dos objetivos elencados partiu-se para a descrição de uma proposta de aula dividida em três momentos:

1 - Diagnóstico: momentos em que seriam tecidos questionamentos acerca do que os discentes já sabem sobre os povos originários;

2 - Vivência prática: em que os discentes fariam práticas corporais de alguns elementos das culturas indígenas;

3 - Dialógico: em que foi proposta uma discussão sobre o que os discentes aprenderam acerca das culturas indígenas e como tinham se sentido ao vivenciar tais atividades.

Em seguida partiu-se para a implementação da proposta, em que houve a busca ativa por um professor ou professora de Educação Física de alguma escola da Rede municipal pública de Educação de Fortaleza que acolhesse a proposta da prática de aula. Entramos em contato através do grupo de *Whatsapp* dos professores de Educação Física da Prefeitura de Fortaleza (grupo com 185 professores).

A escolha do lócus de fomento de atividade, qual seja o âmbito municipal da rede de ensino público de Fortaleza, se deu a partir dos estudos de Pereira *et al.* (2019), Pereira e Souza (2021b) e Pereira e Venâncio (2021) os quais nos sugerem que ainda não há uma implementação efetiva da Lei nº 11.645/08 neste campo específico de intervenção profissional.

Uma das maiores dificuldades foi justamente encontrar uma escola que aceitasse a intervenção da proposta de aula. O que parece coadunar, segundo Pereira *et al.* (2019), com a questão do preconceito sobre os povos indígenas em nossa sociedade. Pois primeiramente cinco professores se colocaram favoráveis. Porém, quando estrávamos em contato com as gestões das escolas, estas negavam de pronto, colocavam diversos empecilhos ou sequer respondiam ao contato.

Destarte, após algumas tentativas, uma professora de Educação Física de uma escola pública aceitou a intervenção da prática pedagógica e entrou em contato previamente pedindo a permissão da gestão. Com isso, posteriormente entramos em contato com a gestão para anuência da implementação.

A escola em questão fica localizada no Distrito de Educação I da Rede Municipal de Educação da cidade de Fortaleza, que abrange 15 bairros: Álvaro

Weyne, Barra do Ceará, Vila Velha, Cristo Redentor, Floresta, Jardim Guanabara, Pirambu, Vila Ellery, Monte Castelo, Jacarecanga, Moura Brasil, Jardim Iracema, Carlito Pamplona, Farias Brito e São Gerardo.

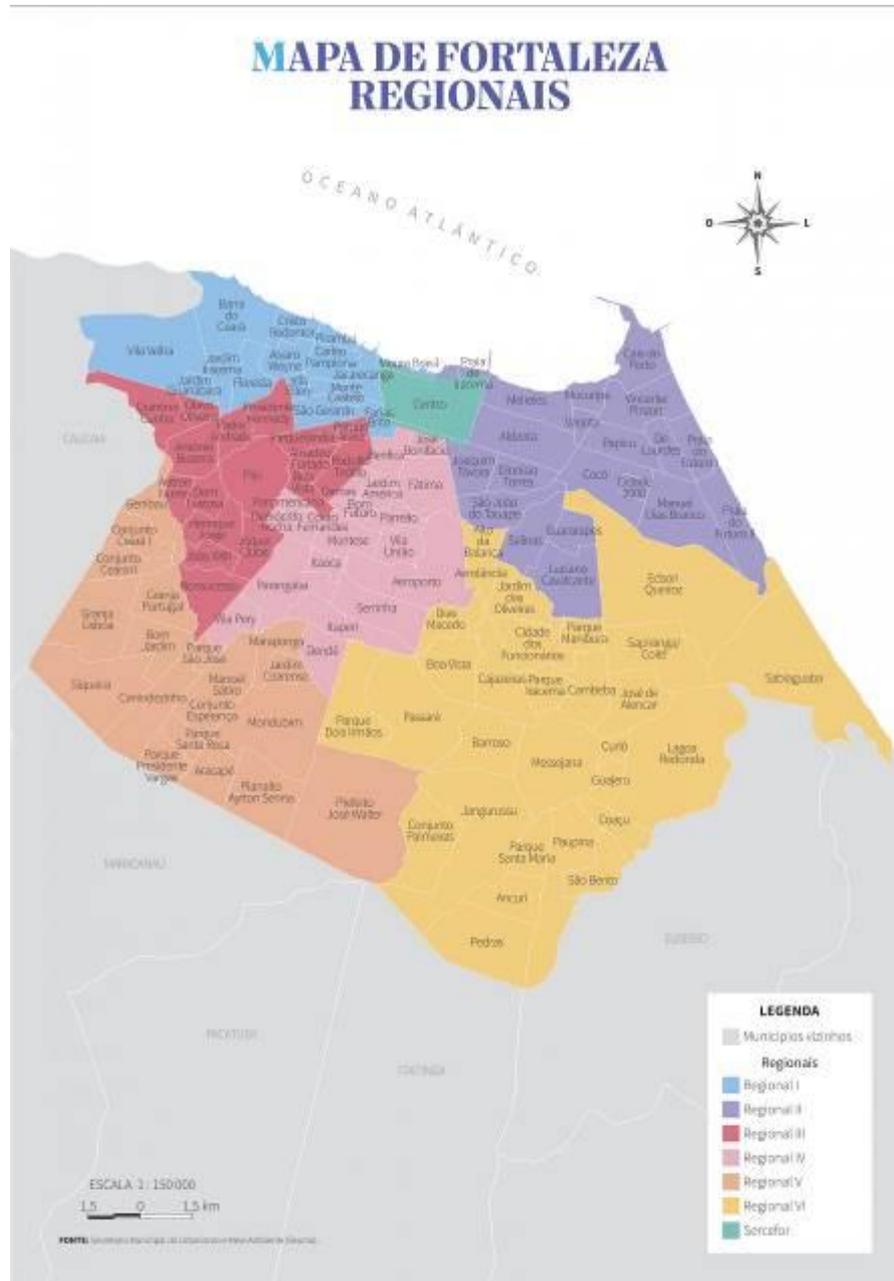
Para uma melhor visualização, o Distrito I de Educação abrange as escolas dispostas numa região antiga e periférica, situada no lado oeste da cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, próxima ao centro do município, chamada para efeitos de gestão municipal de Regional I (em cor azul), conforme o mapa da Imagem 1.

Com isso, foram realizadas algumas conversas iniciais com a professora para explicitação detalhada da proposta e de como ela se daria. A professora sugeriu algumas intervenções na aula, devido ao conhecimento prévio que já tinha sobre as turmas. Foi acordado que a proposta de aula se daria no mesmo período da aula da professora e ela escolheu as que iriam participar. As turmas também foram avisadas que haveria uma aula com outra professora de Educação Física.

Por fim, foi realizada a intervenção em sala de aula em duas turmas localizada com alunos do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental anos iniciais, com cerca de 70 alunos no total.

Como aspectos éticos foram colhidos os termos de anuência com a gestão da escola para implementação da proposta de aula, e foram preservados o anonimato do nome da escola, da professora e dos alunos. Assim como, nas fotos utilizadas foram colocadas tarjas pretas para que os discentes não possam ser identificados.

Imagem 1 - Mapa das regionais de Fortaleza



## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A prática foi realizada no dia 25 de abril de 2023, em três momentos distintos, quais sejam: Diagnóstico, Vivência prática e Dialógico. No primeiro momento foi realizada uma intervenção do tipo diagnóstica em sala de aula, para dialogar com os conhecimentos que os educandos já tinham sobre o assunto. Desse modo, foram realizadas algumas perguntas iniciais, quais sejam: Alguém já viu um indígena?; Como eles são?; Como eles se vestem?; Onde eles vivem?; Como saber se uma pessoa é indígena ou não?; Qual termo é correto: índio ou indígena? Porquê?; Cultura indígena ou culturas indígenas? Porquê?; O Brasil foi descoberto?; Podemos nos vestir ou se fantasiar de indígenas?; Quem são os indígenas hoje?

Os educandos foram tentando responder aos questionamentos e dialogando com os conhecimentos que já possuíam a partir de suas vivências de mundo. Assim, fomos desmitificando alguns conceitos e ideias já pré-concebidas por eles sobre os povos indígenas; a exemplo de que todo os indígenas andavam nus, ou que viviam na floresta, que não falavam português, etc. Também foi dialogado com os alunos a adoção de novos termos como povos indígenas, povos originários, etc. E retirar termos como tribo, índios, entre outros.

Após seguiu-se ao momento da vivência prática, a qual foi realizada na quadra da escola e a partir de uma brincadeira e de um esporte indígena, para que os alunos pudessem experimentar e fruir alguns elementos das culturas dos povos originários. O momento da vivência prática foi fundamentado na obra *Práticas corporais indígenas: jogos, brincadeiras e lutas para implementação da lei 11.645/08 na Educação Física escolar* (PEREIRA, 2021b).

A primeira brincadeira foi a *Heiné Kuputisü*, cujo objetivo “é apostar uma corrida numa perna só, chegando até um ponto específico” (PEREIRA, 2021b, p. 49). Cabe ressaltar que a atividade foi realizada de uma maneira diferente. Sendo proposta uma corrida de forma coletiva em que os alunos davam os braços e corriam conjuntamente como pode ser observado na Imagem 1.

No começo da atividade houve um pouco de resistência dos alunos, pois os mesmos ainda veem a Educação Física como a reprodução de esportes como o futsal, voleibol, handebol e basquetebol. Então eles acabavam ansiando por essas atividades esportivas. Outra dificuldade foi fazer com que os alunos seguissem de mãos dadas até o final, visto que eles tinham a questão da competição muito aflorada e muitos acabavam por deixar os mais lentos para trás, sem seguir um ritmo único para o grupo, em especial os meninos. Com isso, a brincadeira teve que ser repetida mais de uma vez para que eles conseguissem realizá-la.

Imagem 1 - Discentes praticando o *Heiné Kuputisü*



Fonte: Acervo pessoal.

Após seguiu-se com a segunda atividade, o esporte coletivo *Ronkrã*. Que:

[...] faz parte das modalidades dos Jogos dos Povos Indígenas. Nele, são divididos dois times de dez participantes num campo de areia grande. Cada jogador usará uma borduna, uma espécie de bastão. O objetivo é rebater com a borduna uma bola feita de coco. A bola fica no centro até a primeira rebatida, iniciando o jogo. Os participantes posicionam-se em duplas e formam uma fila, frente a frente, com o bastão ao chão. Os participantes saem lateralmente para defender-se, rebater a bola para o campo adversário ou pará-la ao companheiro da frente. Os pontos são marcados quando a bola ultrapassa a linha de fundo (PEREIRA, 2021b, p. 82).

As turmas foram divididas com 2 times, cada uma, em aos participantes foi dado um cabo de vassoura que serviria como bastão para rebater uma pequena bola de borracha.

Antes de iniciar a prática esportiva coletiva foram descritas algumas regras para que não houvesse acidentes por conta do uso dos cabos de vassoura. O jogo se iniciou com a bola no centro até a primeira rebatida, em que podemos observar na Imagem 2.

Imagem 2 - Discentes iniciando o *Ronkrã*



Fonte: Acervo pessoal.

Após o início do jogo os discentes tinham que, além de defender sua meta, rebater a bola e tentar acertar a meta do time adversário (Ver Imagem 3). Os pontos eram marcados quando a bola ultrapassava a linha de fundo.

No começo foi possível ver a dificuldade dos alunos em rebater as bolas, bem como, de não machucar os colegas. O jogo foi parado algumas vezes para que as professoras pudessem dar dicas e dialogar sobre as regras que haviam sido postas anteriormente.

Imagem 3 - Discentes jogando o *Ronkrã*

Fonte: Acervo pessoal.

O terceiro momento da proposta de aula se deu a partir de uma roda de conversa com uma discussão dialógica. A discussão girou em torno sobre o que os discentes haviam aprendido acerca das culturas indígenas e como tinham se sentido ao vivenciar as atividades.

Imagem 4 - Discentes em círculo discutindo as atividades



Fonte: Acervo pessoal.

Eles relataram que desconheciam totalmente as atividades da brincadeira e do esporte propostos na vivência prática e elencaram a proximidade do *Ronkrã* com o beisebol. E comentaram também sobre as diferenças entre as duas atividades, em que uma era de forma coletiva e não havia vencedores, já a outra era de caráter competitivo.

Disseram ainda que gostaram muito das atividades, que participaram de maneira bastante efetiva e se sentiram bastante motivados por ser algo novo para eles. Mencionaram ainda que foi interessante construir conhecimentos sobre os povos indígenas a partir de brincadeiras e esportes e que aprenderam termos e conceitos e

a valorizar as culturas desses povos. E ainda que gostariam de vivenciar práticas diferenciadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo objetivamos a descrição de uma proposta de aula que promoveu no âmbito da Educação para as relações étnico-raciais a aplicação da Lei nº 11.645/08 nas aulas de Educação Física em uma escola localizada no Distrito de Educação I da cidade de Fortaleza-CE.

Com esta proposta ensinávamos que os discentes pudessem refletir sobre as práticas culturais indígenas como saberes heterogêneas e desmitificar a figura folclorizada e a exotização posta acerca dos povos indígenas. Além de abolir termos preconceituosos do seu linguajar, como tribo e índio, e aprender a conceituar novos termos, como povos indígenas, povos originários, etc., através da proposta de aula elencada nesta narrativa.

A proposta de aula foi dividida em três momentos (diagnóstico, vivência prática e dialógico). De modo que no primeiro momento os alunos foram questionados a partir de algumas perguntas geradoras para dialogar com os conhecimentos que já possuíam sobre a temática. O segundo momento se deu com uma vivência prática com as atividades da brincadeira do *Heiné Kuputisü* e do esporte coletivo *Ronkrã*. E o terceiro momento foi encerrado com uma discussão dialógica a partir de uma roda de conversa em que os alunos relataram o que aprenderam e como se sentiram ao vivenciar a aula.

Houve algumas dificuldades durante a execução da brincadeira, em que a mesma teve de ser repetida mais de uma vez até ser entendida como uma atividade coletiva. E durante a prática do *Ronkrã*, tiveram que haver algumas pausas para dar

dicas sobre como manusear o cabo de vassoura e repetir as regras para que não houvesse acidentes.

Pudemos perceber ao final da atividade que os discentes incorporaram novos conhecimentos a partir de seus relatos. Porém, colocamos como limitação o fato de que só pudemos realizar apenas uma proposta pedagógica de aula e que necessitaríamos de um arcabouço temporal maior para uma intervenção mais intensa.

Acreditamos que ao final foram somadas várias reflexões advindas das teorias e fortalecendo nos alunos que não devemos agir com preconceito, nem com exotismo, perante a situação dos povos indígenas. Isso mostra que o processo pedagógico foi conduzido para que os discentes adotassem novas posturas e adquirissem outros saberes

Por fim, acreditamos que este estudo pode ampliar a discussão da temática indígena na Educação Física, pois percebe-se que as propostas pedagógicas para implementação da Lei nº 11.645/08 ainda são pouco discutidas neste campo, fazendo com que os discentes ainda desconheçam aspectos básicos sobre este tema. Além de servir como material didático para embasar e contribuir no desenvolvimento de práticas pedagógicas em torno da temática das práticas corporais indígenas. E ainda que podemos repensar a Educação Física com possibilidades para a valorização das culturas indígenas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério de Educação e Cultura. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 8 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e

Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 27. mar. 2024.

BRASIL. **Lei 11.645, de 10 de marco de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” .Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 7 mar. 2024.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. . Acesso em: 12 mar. 2024.

GOMES, D. P.; PEREIRA, A. S. M.; SANTIAGO, J. da S. Refazendo os percursos da disciplina bases socioantropológicas da Educação Física. **Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1–18, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/5503>. Acesso em: 8 mar. 2024.

PEREIRA, A. S. M. **Aninhá Vaguretê: corpo e simbologia no ritual do Torém dos índios Tremembé**. 1º. ed. – Curitiba: Appris, 2020.

PEREIRA, A. S. M. **Aninhá Vaguretê: reflexões simbólicas para a Educação Física no ritual do Torém dos índios Tremembé**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciência da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/28034>. Acesso em: 7 mar 2024.

PEREIRA, A. S. M. Sobre etnicidade na educação: saberes e corporeidade no ritual do Torém na Escola Indígena Diferenciada Maria Venâncio. **Interfaces da educação**, [S. l.], v. 12, n. 35, p. 324–346, 2021a. DOI: 10.26514/inter.v12i35.4822. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/4822>. Acesso em: 8 mar. 2024.

PEREIRA, A. S. M. **Práticas corporais indígenas: jogos, brincadeiras e lutas para implementação da lei 11.645/08 na Educação Física escolar**. Fortaleza: Aliás, 2021b. Disponível em: <https://ifce.edu.br/prpi/praticas-corporais-indigenas>. Acesso

em: 6 maio. 2024.

PEREIRA, A. S. M.; GOMES, D. P.; CARMO, K. T.; SILVA, E. V. M. Aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 nas aulas de Educação Física: diagnóstico da rede municipal de Fortaleza/CE. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, v. 41, n. 4, 412-418, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2018.06.004>. Acesso em: 7. mar. 2024.

PEREIRA, A. S. M.; MEDEIROS, R. M. N. Ethnicity and education: How Indigenous knowledge and cultural identity are passed on through the Torém ritual of the Tremembé people. **International Review of Education**, 68, 843–863, 2022. <https://doi.org/10.1007/s11159-022-09983-5>

PEREIRA, A. S. M.; SOUZA, S. T. B. de. Lutas corporais indígenas: o estado do conhecimento. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. e335779, 2021a. DOI: 10.47149/pemo.v3i3.5779. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/5779>. Acesso em: 10 abr. 2024.

PEREIRA, A. S. M.; SOUZA, S. T. B. de. Lutas corporais indígenas: um estudo com professores de Educação Física do município de Fortaleza – ce. **Corpoconsciência**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 34–48, 2021b. DOI: 10.51283/rc.v25i3.12153. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/12153>. Acesso em: 10 mar. 2024.

PEREIRA, A. S. M.; VENÂNCIO, L. African and Indigenous games and activities: a pilot study on their legitimacy and complexity in Brazilian physical education teaching. **Sport, Education and Society**, 26(7), 718–732, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/13573322.2021.1902298>.

SANTIAGO, J. DA S.; MAIA, F. E. DA S.; PEREIRA, A. S. M. Posibilidades de aplicación de la temática afrobrasileña en Educación Física escolar. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, v. 25, n. 263, p. 73-92, 21 abr. 2020. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efdeportes/index.php/EFDeportes/article/view/1828>. Acesso em: 10 mar. 2024.